

## Antropologia urbana e turismo: um exercício de interpretação

Lorraine Thomaz Pereira\*

Rachel Sant'Anna Murta\*\*

\* Bacharel em Turismo, Especialista em Gestão de Políticas Sociais, Mestra em Turismo e Meio Ambiente

\*\*Arquiteta, Publicitária, Especialista em Comunicação e Gestão Empresarial, Mestra em Turismo e Meio Ambiente

### Resumo

Este artigo apresenta uma discussão teórica sobre alguns elementos que dão suporte a uma análise da atividade turística nas metrópoles por meio das referências da antropologia urbana. Para isso, consideram-se, inicialmente, os aspectos culturais que se apresentam à percepção dos turistas, em meio à complexidade da metrópole, incluindo os fatores condicionantes da geografia urbana. Observam-se, na seqüência, as transições intermitentes entre o individual e o coletivo, as possibilidades de reconhecimento das tribos urbanas e a idéia de democratização do patrimônio para que se possa encontrar mais uma ponte entre a antropologia urbana e o turismo, correspondendo ao objetivo principal deste artigo. Como procedimentos metodológicos utilizados foram realizadas pesquisas bibliográfica e documental, fundamentais para uma análise exploratória que visa à ampliação dos conhecimentos sobre determinado fenômeno, processo ou comportamento.

**Palavras-chave:** metrópole, geografia urbana, antropologia urbana, turismo.

## **1 Introdução**

Este trabalho pretende discutir alguns elementos que dêem suporte a uma análise da atividade turística nas metrópoles por meio das referências da antropologia urbana. Para isso, abordam-se, inicialmente, os aspectos culturais que se apresentam à percepção dos turistas, em meio à complexidade da metrópole, considerada em sua fragmentação e diversidade, como resultado das transformações socioculturais. São estudados também fatores condicionantes da geografia urbana que estabelecem novas relações com o território, somando aos aspectos naturais o elemento social que transforma e sofre influências do ambiente. Observam-se, na seqüência, as transições intermitentes entre o individual e o coletivo, o privado e o público, as possibilidades de reconhecimento das tribos urbanas e a recente abordagem sobre a idéia de democratização do patrimônio, para que se possa encontrar mais uma ponte entre a antropologia urbana e o turismo.

## **2 A complexidade da metrópole**

Uma metrópole apresenta-se de forma complexa independente da perspectiva que se escolha para observá-la. Percebe-se esta complexidade em seus aspectos físicos, socioeconômicos, culturais, políticos e em sua dinâmica diária, que se constrói pelo estabelecimento de relações entre as pessoas, os lugares, os problemas, as possíveis soluções. Para o objetivo deste artigo, elege-se a dimensão cultural como prisma para observação da metrópole no sentido de buscar uma aproximação entre a abordagem da antropologia urbana e a experiência turística. Feita esta opção, recorre-se inicialmente à visão de Corrêa (2003, p.157), segundo a qual:

A cidade pode ser analisada segundo diferentes dimensões que se interpenetram. A dimensão cultural é uma delas e por seu intermédio amplia-se a compreensão da sociedade em termos de suas relações sociais, econômicas e políticas, assim como se tornam inteligíveis as espacialidades e temporalidades que estão associadas a essas dimensões.

Este mesmo autor considera a cidade como marca e matriz cultural, como um texto a ser interpretado a partir de mapas de significados:

Mitos, utopias, crenças e valores, particularmente, mas não de modo exclusivo, da cultura dominante, levam ao estabelecimento de grafias – a própria cidade é uma grafia – na cidade e de movimentos, sistemáticos ou não, construindo uma geografia urbana que, simultaneamente, é cultural, econômica, social e política. (CORRÊA, 2003, p.158)

Na referida complexidade da metrópole, observa-se que o território, que de forma localizada assume características também complexas, apresenta-se fragmentado com relação a seu uso, a sua função, a seus fluxos, a seus habitantes e visitantes. Esses últimos, referenciados em seus locais de origem, constroem novos significados no contato com o local visitado, buscando o “novo” que a experiência

turística pretende e pode proporcionar. Os moradores, por sua vez, reconstróem constantemente seus significados à medida que a cidade se transforma. Para Gomes (2002, p.109):

A fragmentação territorial elege a cultura como elemento de unificação e diferenciação. Os valores proclamados pelo Iluminismo francês, ao contrário, têm uma base cosmopolita e se pretendem gerais, uniformes e inteligíveis por todos. Urbanidade é um conjunto de atitudes e comportamentos que dá ênfase à reciprocidade entre indivíduos diferentes, mas expostos a um lugar de permanentes trocas sociais, a urbe. A cidade é, pois, nesse modelo, o *locus* da temperança, do controle das pulsões individuais e da ordem estabelecida sobre bases racionais e lógicas.

As permanentes trocas sociais que conformam a urbe são estimuladas e estimulam o movimento dos moradores no sentido da mudança necessária e natural de toda sociedade. As relações sociais que se estabelecem têm o espaço urbano como cenário e como interlocutor, considerando as suas transformações físicas, que também seguem o fluxo natural da história, e a sua condição de abrigar a ação humana em termos individuais e coletivos. A interlocução se dá na medida em que a transformação do espaço urbano, decorrente da ação dos indivíduos que compõem a sociedade, constitui uma resposta e, na seqüência, estimula a elaboração de novas perguntas. Entre as perguntas que podem surgir, inserem-se as questões relativas à desigualdade: na condição de moradia, no uso dos equipamentos e serviços públicos, na condição de acesso aos bens materiais e culturais, na participação no processo de transformação da cidade, no compartilhamento de direitos e deveres etc. A palavra desigualdade remete à idéia de exclusão. Refletindo sobre o espaço urbano como uma instância ativa para a dominação econômica ou ideológica e sobre a cobrança das políticas públicas com relação à ampliação da democracia e da cidadania, Maricato (2000, p.168) afirma: “a disseminação da informação e do conhecimento sobre a cidade real ou sobre a realidade urbana tem a importante função de afastar a bruma que encobre a realidade e desvendar a dimensão da exclusão”. Quando se afasta essa bruma, a cidade aparece como tal, diante dos olhos dos moradores, velhos conhecidos em busca de melhorias, e dos turistas, novos conhecidos em busca de novidades.

Pereira (2006) analisa a forma como a cidade se apresenta nos novos contextos espaciais da competição capitalista, entendendo que a cidade e sua cultura são acionadas como produtos complexos, promovidos e vendidos como mercadorias para os turistas, em um processo de midiaticização da experiência urbana, o que produz uma imagem falsa do existir coletivo que confunde desenraizamento com possibilidades culturais reais. Com o foco no turismo, o autor registra que:

O cotidiano, recriado por diretrizes racionais que não reconhecem os contornos imateriais dos diversos territórios que configuram o lugar e a cultura, deixa de ser o sustentáculo efetivo do turismo cultural. Assim novos significantes turísticos se colocam como possibilidade que não encontram expressão imediata na (i)materialidade em constante transformação, reacendendo desejos e recriando necessidades (PEREIRA, 2006).

A recriação do cotidiano por essas diretrizes racionais, que se aplicam como uma espécie de máscara sobre as condições reais de conformação do território e de estabelecimento de relações sociais e práticas culturais próprias de cada localidade, produz questionamentos com relação à percepção do espaço e à identidade cultural. Esses questionamentos decorrem da idéia de que a fragmentação que caracteriza as sociedades acaba sendo forçadamente unificada por avaliações superficiais que desconsideram as mudanças evolucionárias a partir delas mesmas, o que Hall (2001) menciona ao escrever sobre a condição de “descentramento” das sociedades pós-modernas. Estas sociedades, sob o ponto de vista desse autor, são caracterizadas pela diferença e “atravessadas por diferentes visões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes ‘posições de sujeito’ – isto é, identidades – para os indivíduos” (HALL, 2001, p.17). Tais identidades e as relações que são possíveis a partir de seu reconhecimento se projetam sobre o território da cidade e passam a ser analisadas, questionadas, assumidas e expressadas na construção da dimensão sociocultural de cada comunidade que habita o espaço urbano.

Quanto maior é a cidade, mais emaranhada é a rede de relações que se estabelecem quantitativa e qualitativamente, o que resulta em um caráter de diversidade que vai permear todos os processos produtivos materiais e imateriais que se realizam no espaço urbano. Caracteriza-se, assim, a metrópole e amplia-se o desafio para os estudiosos do urbanismo, da Geografia, da Sociologia, da Antropologia, entre outras áreas de estudo que vêem as grandes cidades como campos de pesquisa. Canclini (1995) considera que a diversidade sociocultural, que sempre foi um tema-chave da Antropologia, aparece hoje como um assunto que desestrutura o modelo clássico proposto nas teorias urbanas. O autor afirma que:

a dificuldade para definir o que se entende por cidade deriva, em parte, da variedade histórica de cidades (industriais e administrativas, capitais políticas e cidades de serviços, cidades portos e turísticas), mas essa complexidade se acentua em grandes urbes que nem sequer podem reduzir-se a essas caracterizações monofuncionais.<sup>1</sup> (tradução das autoras)

A estrutura urbana atual é caracterizada pela co-presença de muitas funções e atividades e essa flexibilidade no uso do espaço evidencia-se na medida em que certos novos tipos de produção se desvinculam historicamente das cidades. Por exemplo, cidades que se formaram por influência da instalação de indústrias ou para a exploração da atividade turística em função dos atributos locais não necessariamente conservam as características originais de sua formação como o elemento que as identifica. As grandes cidades passam a ser identificadas por um conjunto de características, sem que

<sup>1</sup> *La dificultad para definir qué se entiende por ciudad deriva, en parte, de la variedad histórica de ciudades (industriales y administrativas, capitales políticas y ciudades de servicios, ciudades puertos y turísticas), pero esa complejidad se agudiza en grandes urbes que ni siquiera pueden reducirse a esas caracterizaciones monofuncionales.* (CANCLINI, 1995)

haja uma predominante em meio a tantas possibilidades de realização e de representação. Em um movimento contínuo, as metrópoles reconstróem seus significados no exercício de integrar, física e geograficamente, grandes contingentes populacionais. Para este exercício, torna-se fundamental o suporte das redes de comunicação. Com relação a essa questão, Canclini (1995) considera que:

A conexão midiática de cidades médias e pequenas - o fato de que as ofertas televisiva e informática podem ser realizadas em toda sua amplitude em conjuntos de 10.000 habitantes - evidencia que esta não é uma característica exclusiva das megacidades. Não obstante, urbes desestruturadas por sua extraordinária expansão territorial e sua posição estratégica em redes mundiais, como México, Los Angeles e São Paulo, estimulam a pensar em que sentido esta multiplicação de enlaces midiáticos adquire um significado particular quando se vincula com uma história de expansão demográfica e espacial, e com uma complexa e disseminada oferta cultural própria de grandes cidades.<sup>2</sup> (tradução das autoras)

Para tentar entender a complexidade de uma metrópole, recorre-se a dimensões de observação que, de acordo com a abordagem deste artigo, apontam para a observação cultural capaz de envolver outras dimensões de análise e de articular, não pretendendo homogeneizar, os fragmentos que compõem o espaço urbano. De acordo com Lima (2006): “A metrópole, em seu estágio maduro, só pode ser entendida como um momento cultural”.

A complexidade da metrópole está inserida na complexidade maior do espaço geográfico. Assim, para compreender um pouco mais sobre os processos que determinam e acompanham a transformação das cidades, é preciso localizá-las no espaço, o que pode ser feito por intermédio dos princípios da geografia urbana.

## 2.1 Os fatores condicionantes da geografia urbana

De acordo com o IBGE (2006), a geografia contemporânea desenvolve-se e renova-se na tentativa de contemplar as formas e os processos de organização do território. Considera-se o caráter multitemático das dimensões física, urbana, rural, econômica, social e política da realidade, com os inúmeros elementos e atores que marcam a dinâmica socioespacial. Dessas dimensões, a que interessa ao objetivo deste artigo é a dimensão urbana da geografia. De acordo com Carlos (1994), somente a partir da década de 70, no Brasil, a geografia como ciência começa a explicar o processo da produção

<sup>2</sup> *Por supuesto, la conexión mediática de ciudades medianas y pequeñas, el hecho de que la oferta televisiva e informática puede recibirse ya en toda su amplitud también en conjuntos de 10,000 habitantes, evidencia que esta no es una característica exclusiva de las megaciudades. No obstante, urbes desestructuradas por su extraordinaria expansión territorial y su ubicación estratégica en redes mundiales, como México, Los Ángeles y Sao Paulo, estimulan a pensar en qué sentido esta multiplicación de enlaces mediáticos adquire un significado particular cuando se vincula con una historia de expansión demográfica y espacial, y con una compleja y diseminada oferta cultural propia de grandes ciudades.*(CANCLINI, 1995)

espacial com base na produção-reprodução da vida humana, ao contrário de um período anterior em que o homem era considerado apenas membro de uma sociedade de classe e sujeito do processo de produção espacial. Os trabalhos publicados nessa época salientavam o necessário entendimento do espaço a partir de suas articulações mais amplas, sem ignorar as determinações específicas do lugar.

Algumas questões colocam-se como fundamentais para o desenvolvimento de tal pensamento, entre elas “a passagem do entendimento da organização do espaço para espaço produzido apontando para uma superação importante” (CARLOS, 1994, p.159). O espaço, ainda guardando a dimensão natural, passa a envolver a dimensão social que assume papel preponderante e abre novas perspectivas para a geografia. Nesta acepção, o espaço social passa a ser reconstruído no conjunto de suas relações.

Com a evolução da noção de cidade, que passa a ser entendida como elemento de uma totalidade espacial e não somente como organismo funcional, Carlos (1994, p. 160) apresenta três possibilidades de entender a cidade: (1) como lócus da produção; (2) como reprodução da força de trabalho; e (3) como articulação das duas anteriores, permitindo pensar-apreender a dimensão do homem e do humano, ligando as várias dimensões da cidade. Compreende-se, então, a cidade como um espaço organizado, instituído, modelado e apropriado por grupos a partir de suas exigências e sua ideologia.

Lefèbvre, em seu livro Espaço e Política (1972), destaca a distinção entre o urbano e a cidade. Segundo ele, o urbano aparece e se manifesta no curso da explosão da cidade, permitindo reconsiderar e mesmo compreender certos aspectos que passaram despercebidos durante muito tempo, como a centralidade, o espaço como lugar de encontro, a monumentalidade, etc.

Em consonância com essa perspectiva, Carlos (1994, p. 177) comenta que “o meio urbano deixa de ser um lugar ao qual o cidadão deve se adaptar para ser o produto que resulta da dinâmica da ação coletiva”. Redefine-se, então, a relação homem-natureza, que se desloca em outro patamar de fundamental importância no entendimento do espaço que é produzido. A história passa a ter uma base material real, ou seja, o processo de produção da vida imediata. O homem também se redefine como sujeito da história, sendo o mundo material produto de relações que o homem mantém com a natureza e com o outro, e essas redefinições contribuem para a construção de uma explicação do fenômeno urbano. Esta abordagem pode ser apoiada pela nova proposta da geografia urbana, que não se contenta mais em descrever a morfologia da cidade, mas passa a analisá-la como campo privilegiado das lutas de classe:

Os traços marcantes da realidade urbana entram na análise geográfica: a pobreza, as diferenciações e a segregação espacial, os movimentos sociais urbanos em todas as suas dimensões; a utopia, os projetos, a questão da cidadania e o direito à cidade. Não há distanciamento entre a realidade urbana e o modo de entendê-la, o que

representa um caminho para a elaboração teórica sobre o urbano pela perspectiva geográfica. (CARLOS, 1994, p.179)

A mesma autora indica que a pesquisa urbana segue em direção à possibilidade de desvendar e entender a realidade por meio da análise do espaço urbano compreendido como produto social historicamente determinado. Não se separam mais: natural e social, homem e natureza, mas estabelece-se uma articulação dialética entre sociedade e espaço. Isso acontece porque o homem, no seu cotidiano, multiplica e aprofunda seus laços com a natureza, e esta tende a ganhar uma dimensão social e histórica. Assim, outros elementos destacam-se na análise da realidade urbana: a questão do Estado, a articulação entre o público e o privado, o cotidiano, os modos de vida, os processos de socialização do espaço, a segregação espacial e as lutas urbanas pelo direito à cidade.

Considerando as possibilidades de análise sociológica e geográfica, propõe-se, neste artigo, discutir a questão da urbanização associada ao turismo. Luchiari (2000) considera a atividade turística um dos vetores mais importantes para associar o mundo ao lugar, o global ao local, considerando que a urbanização turística conduz os lugares no fluxo de informações, bens e pessoas, inserindo-os no movimento global. Retoma-se a discussão de que o espaço se realiza e se concretiza mediante as práticas sociais que conformam as paisagens, instituem relações de poder e constroem a identidade vivida cotidianamente nos lugares para referenciar a atividade turística como prática de transformação do espaço. “As novas paisagens da urbanização turística representam também as formas contemporâneas de espacialização social, por meio das quais estamos construindo novas formas de sociabilidade, mais híbridas e mais flexíveis” (LUCHIARI, 2000, p. 108).

Entende-se, assim, o turismo como agente de reprodução da natureza, da cultura e das práticas sociais, as quais incorporam valores a partir da subjetividade do indivíduo e dos grupos sociais que passam a aceitar e a promover essas reproduções. Tais valores se aplicam ao estudo do espaço, a partir da geografia urbana que reconstrói constantemente a noção de cidade.

## 2.2 Do individual para o coletivo, intermitentemente

A discussão entre o que é individual e o que é coletivo permeia a compreensão do espaço urbano. Em certa medida, aproxima-se da discussão entre o que é público e o que é privado, que são questões recorrentes sobre o direito de propriedade e a apropriação do espaço urbano pela comunidade. Entre os autores que discutem estas questões, Hertzberger (1999, p.12) considera que:

Os conceitos de “público” e “privado” podem ser interpretados como a tradução em termos espaciais de “coletivo” e “individual”. Num sentido mais absoluto, podemos dizer: pública é uma área acessível a todos a qualquer momento; a responsabilidade por sua manutenção é assumida coletivamente. Privada é uma área cujo acesso é

determinado por um pequeno grupo ou por uma pessoa, que tem a responsabilidade de mantê-la.

A abordagem que se pode fazer dos conceitos de público e de privado, de individual e de coletivo deve ser contemplada também em termos relativos, tendo em vista que o uso e o cuidado que se tem com os espaços podem ser compartilhados, independentemente da propriedade do bem. Isso quer dizer que espaços privados podem ter uso público e espaços coletivos podem se destinar a usos individuais.

Ainda sobre isso, Gomes (2002) comenta que, fisicamente, o espaço público é qualquer tipo de espaço onde não haja obstáculos ao acesso e à participação de qualquer pessoa, independente das diferenças e discórdias que possam existir entre os grupos sociais que por ele circulam e com ele convivem. A acessibilidade é regulada por critérios impostos pela lei que determina os comportamentos das pessoas em espaços públicos. O autor acrescenta que “o espaço público é o lugar das indiferenças, ou seja, onde as afinidades sociais, os jogos de prestígio, as diferenças, quaisquer que sejam, devem se submeter às regras da civilidade” (GOMES, 2002, p.162). Essas mesmas regras permitem que sejam estabelecidos diálogos veiculados por meio de uma linguagem comum, pública, que também é parte de uma cultura pública.

Entre o individual e o coletivo, estados que se alternam intermitentemente no dia-a-dia, encontra-se uma instância intermediária que são grupos delimitados caracterizados por escolhas e posturas individualizadas - porém não individuais -, mas que não deixam de pertencer à coletividade, na medida em que estão submetidos às mesmas regras gerais e compartilham, a princípio, o mesmo espaço. Estes grupos passam a constituir vertentes culturais derivadas da cultura pública que abrange a totalidade da sociedade. Antropologicamente, os referidos grupos denominam-se “tribos urbanas”. Segundo Frehse (2006), o termo começou a ser utilizado em 1985 pelo sociólogo francês Michel Maffesoli em seus artigos. Para ele, as tribos urbanas seriam:

essencialmente "micro-grupos" que, forjados em meio à massificação das relações sociais baseadas no individualismo e marcados pela "unissexualização" da aparência física, dos usos do corpo e do vestuário, acabariam, mediante sua sociabilidade, por contestar o próprio individualismo vigente no mundo contemporâneo. (FREHSE, 2006)

Magnani (1992), por sua vez, entende "tribos urbanas" mais como uma metáfora do que como uma categoria. Segundo ele, a metáfora é tomada de outro domínio e empregada em sua totalidade, enquanto a categoria é construída para recortar, descrever e explicar algum fenômeno a partir de um esquema conceitual previamente escolhido. Para ir além na discussão, o autor pontua que o termo foi tomado emprestado do estudo das sociedades de pequena escala para descrever fenômenos contemporâneos que ocorrem nas sociedades densamente povoadas e urbanizadas. Em sua concepção



original, uma tribo “constitui uma forma de organização mais ampla que vai além das divisões de clã ou linhagem, de um lado, e da aldeia, de outro. Trata-se de um pacto que aciona lealdades para além dos particularismos de grupos domésticos e locais” (MAGNANI, 1992). Já as tribos das sociedades contemporâneas constituem grupos pequenos e bem delimitados que têm regras e costumes próprios, o que contrasta com a homogeneidade e a massificação dos comportamentos e estilos de vida que são reconhecidos nas metrópoles, evocando particularismos, estabelecendo pequenos recortes e exibindo símbolos e marcas de uso e significado restritos. Conforme Magnani (1992), o termo “tribos urbanas”, ao ser empregado em seu significado mais geral, serve para:

designar uma tendência oposta ao gigantismo das instituições e do Estado nas sociedades modernas: diante da impessoalidade e anonimato destas últimas, a tribo permitiria agrupar os iguais, possibilitando-lhes intensas vivências comuns, o estabelecimento de laços pessoais e lealdades, a criação de códigos de comunicação e comportamento particulares.

Uma outra conotação para o termo refere-se a pequenos grupos concretos cuja ênfase não está no seu tamanho, mas nos elementos que seus integrantes utilizam para se diferenciar do comportamento dito “normal”, como o tipo de vestuário, o corte de cabelo ou a preferência musical. Pode-se ainda atribuir o termo àqueles grupos que mantêm comportamentos agressivos, práticas de vandalismo e violência, alegando contestação da ordem social. Exemplos desses últimos são as gangues, as torcidas organizadas, entre outros, que, em suas manifestações, reproduzem, a seu modo, “cerimônias primitivas totêmicas” (MAGNANI, 1992).

Cada “tribo”, à sua maneira, constrói e reconstrói sua identidade em meio à complexidade das metrópoles, passando a integrar, de uma forma ou de outra, processos coletivos. O processo de afirmação de identidades sociais na cidade é traduzido sobre o território a partir de um discurso sobre a diferença. Concebe-se como um terreno aquele território que é próprio a um grupo, no qual as regras que dão origem à identidade têm valor indiscutível. Nessa condição predomina o coletivo, sendo que a oposição e a diferenciação dizem respeito ao outro, aquele que é exterior ao grupo. Para Gomes (2002, p.180):

O espaço é, sob essa dinâmica, sempre objeto de conflitos, pois estabelecer um território de domínio de um grupo significa a afirmação de sua diferença em oposição aos demais. Esse fenômeno é também conhecido como *tribalização* e é em parte o responsável pela transformação da imagem da cidade contemporânea. Hoje o espaço fragmentado nas divisões impostas por esses grupos de afinidade se ajusta ao que alguns geógrafos denominam de metrópole pós-moderna. Ela traduz a idéia de mosaico, de unidades independentes justapostas. Trata-se da própria negação do conceito anterior de cidade, unitária, coesa e hierarquizada por funções, classes ou usos, em benefício de uma noção de simples ajuntamento demográfico, a aglomeração.

Retomando a idéia de que uma cidade é uma grafia, uma escrita, como tal ela deve ser lida. Ao turismo interessa exatamente o resultado dessa leitura. Quando se lê o espaço urbano, é preciso considerar, entre outras coisas, as singularidades étnicas ou de comportamento locacional – idiomas, sotaques, costumes, vestimentas, músicas, danças etc. A fragmentação da cidade moderna acaba por se constituir um mosaico de territorialidades em constante construção, conformadas à medida que se escreve a história da metrópole. Castrogiovanni (2000, p. 31) ressalta que “a coexistência de manifestações, documentos, agentes e processos, os mais díspares ou similares possíveis, conferem à vida urbana diversidades, portanto, uma riqueza de possibilidades na oferta turística”. Essa fragmentação da cidade abre espaço para a consolidação e a formação de novas “tribos urbanas”, em um movimento coerente com a diversidade que, ao mesmo tempo, estimula a segmentação turística e atribui novos valores aos destinos.

### 2.3 A idéia de democratização do patrimônio urbano

O conceito de patrimônio urbano utilizado neste artigo refere-se a “uma associação de conjuntos arquitetônicos com espaços e equipamentos públicos, além dos elementos naturais como vegetação, rios, topografia etc.” (YÁZIGI, 2003, p. 253). Além disso, a abordagem sobre patrimônio urbano implica a questão da democratização dos elementos do patrimônio; a redefinição do papel do Estado nas políticas urbanas; a preservação; a ampliação e a afirmação do exercício da cidadania e do direito à cidade. De acordo com Nigro (2003, p. 167):

As primeiras instituições oficiais de preservação do patrimônio em vários países do mundo ocidental e, inclusive, no Brasil se estabeleceram a partir de um modelo centralizado de gestão, que revestiu os bens culturais de um forte caráter patriótico, sagrado, prestigioso, exclusivista e elitista, relativo ao universo de bens materiais etc. Por tudo isso, surgiram, então, inúmeros questionamentos e reavaliações no campo preservacionista, que se intensificaram mundialmente na década de 70, configurando um processo, que se estende até os dias atuais, ao qual denominamos de ‘processo de democratização do patrimônio’.

A origem do processo de democratização do patrimônio está no grande distanciamento envolvendo as instituições de preservação e os sujeitos sociais, os habitantes. Esse distanciamento se dá por meio da não participação direta e efetiva da população nas decisões que as instituições públicas preservacionistas tomam e também do questionamento sobre a representatividade social dos bens culturais selecionados como patrimônio de uma sociedade. Muitas vezes, a comunidade, além de não participar da tomada de decisões, nem sequer chega a tomar conhecimento dos processos que conduzem as ações preservacionistas, o que se mostra incoerente considerando que a coletividade, que deveria ser e é proclamada como a beneficiária da ação de preservar, acaba sendo negligenciada e excluída do processo. A expressão “democratização do patrimônio”, em sua essência, deveria traduzir o direito de acesso consciente das comunidades, em seu sentido mais amplo, ao reconhecimento oficial

e institucional dos seus valores patrimoniais. Neste sentido, cabe também entender democracia patrimonial como o direito ao exercício da cidadania no que se refere ao patrimônio, de acordo com a sua importância e o seu significado para as comunidades, as quais devem ser envolvidas no processo de gestão participativa do seu patrimônio, de forma coerente com o modelo de desenvolvimento sustentável.

A idéia do processo de democratização do patrimônio e sua construção como um direito social é ainda recente e, segundo Nigro (2003, p.170), “ainda não suplantou o caráter naturalizado, prestigioso, sacralizado e consensual do patrimônio, algo que ainda está muito presente nos atuais debates que o cercam”. É esse caráter que cria o referido distanciamento entre o patrimônio e a comunidade à qual diz respeito, conferindo aos bens a serem preservados uma avaliação equivocada do ponto de vista desta comunidade, tendo em vista os critérios impostos pela decisão vertical.

Nesse sentido, para que seja possível falar em democratização do patrimônio, torna-se necessária ampla participação da sociedade, pré-requisito de um sistema democrático, constituindo-se ainda no meio pelo qual os indivíduos podem promover mudanças significativas e compartilhar os benefícios conquistados. Contudo, para que haja efetiva participação, dois aspectos se destacam: coletividade e pluralismo, ou seja, as decisões devem surgir de acordo com a maioria envolvida e a heterogeneidade de idéias deve ser respeitada.

Dessa forma, a participação nos processos de planejamento turístico, incluindo-se aí a escolha dos bens históricos e culturais a serem contemplados nesses processos, seria antes de tudo educativa. A participação educa porque propicia níveis cada vez mais elevados de consciência que dão origem a ações concretas de transformação social e da realidade. Por fim, a participação como pilar de um sistema democrático possibilita à atividade turística que os cidadãos sejam seres pró-ativos, que reflitem sobre suas tarefas como agentes de mudança com o objetivo de melhorar continuamente a sua condição de democracia.

### **3 A antropologia urbana e o turismo**

Se a intenção é discutir o estabelecimento de uma relação entre a antropologia urbana e o turismo, considerando as contribuições que podem ser trocadas e ampliadas na troca entre visões distintas, busca-se, inicialmente, entender o olhar antropológico sobre a cidade para, então, inserir a ótica do turismo nessa discussão. Sobre esse olhar e suas implicações, Magnani (2000, p.18) acredita que:

O que importa ao olhar antropológico não é apenas o reconhecimento e registro da diversidade cultural nesse e em outros domínios das práticas culturais, mas também

a busca do significado de tais comportamentos: são experiências humanas – de sociabilidade, de trabalho, de entretenimento, de religiosidade – que só aparecem como exóticas, estranhas ou até mesmo perigosas quando seu significado é desconhecido.

As referidas experiências humanas caracterizam os lugares em que elas se realizam, atribuem a eles especificidades que atraem o olhar e estimulam análises. Direcionadas à atividade turística, as interpretações sobre os lugares exigem cuidados, desencadeiam ações e alimentam as estratégias de *marketing* voltadas a atrair o turista para determinado destino. Para entender o lugar e sua dinâmica representada pelas relações que nele se estabelecem, a antropologia recorre ao caráter relativizador que a presença do “outro” possibilita, seja na aldeia ou na metrópole, considerando que é a “imagem de si refletida no outro que orienta e conduz o olhar em busca de significados ali, onde, à primeira vista, a visão desatenta ou preconceituosa só enxerga o exotismo, quando não o perigo, a anormalidade” (MAGNANI, 2000, p. 21). No caso da metrópole, cenário do estudo das sociedades modernas, surgem novos desafios para a antropologia, considerando a complexidade e o grau de organização dessas sociedades e também a significativa mudança de escala para a interpretação. Para melhor entendimento sobre essa questão, recorre-se a Geertz (1997, p. 112):

A diferença entre os tipos de sociedades que normalmente constituem o objeto de estudo da antropologia, ou seja, as sociedades tradicionais, e aquelas onde os antropólogos vivem, isto é, as sociedades modernas, sempre foi considerada uma questão de maior ou menor primitivismo. No entanto, essa diferença poderia ser expressa em termos do grau de desenvolvimento dos sistemas esquematizados e organizados de pensamento e ação – física, contraponto, existencialismo, cristianismo, engenharia, jurisprudência, marxismo –, um elemento tão proeminente em nossa própria paisagem que não podemos sequer imaginar um mundo onde eles, ou algo parecido com eles, não exista – sistemas esses que surgiram e se expandiram ao redor do emaranhado de práticas herdadas, crenças aceitas, juízos habituais, e emoções inatas, existentes anteriormente.

Não se tratando mais de uma questão de maior ou menor primitivismo, passa-se a questionar se os instrumentos de pesquisa usados nas primeiras experiências antropológicas, como a observação participante e a análise qualitativa, com o foco de análise direcionado para recortes bem definidos, continuam a ser úteis para a análise da complexidade das sociedades contemporâneas. Magnani (2000, p.20) questiona:

Como estabelecer as mediações necessárias entre o trabalho de campo – particularizado, minucioso, atento para cada detalhe – e instâncias interpretativas mais amplas? Poderão superar, os antropólogos, a tentação do “padrão aldeia” e assim articular a singularidade de seu objeto com outras variáveis da vida urbana, principalmente nas grandes e superpovoadas metrópoles?

Tentando responder à própria pergunta, o autor nega a simplificação de opor as “sociedades simples” às “sociedades complexas” para solucionar a dificuldade que os antropólogos têm de deixar de lado as referências marcantes das primeiras experiências de campo quando se dispõem a enfrentar os

problemas, objetos e temas próprios das sociedades contemporâneas, com sua escala e complexidade características. A dificuldade permanece, então, como desafio que se reflete no reconhecimento de que a produção da antropologia urbana é recente e pouco sistematizada. Se ao longo do tempo autores clássicos como Durkheim, Tönnies, Simmel, Weber e outros buscaram entender a complexidade urbana nas especificidades de seus estudos, ambientados na “realidade da cidade européia pós-liberal, emergente das revoluções de 1848, marcada pela intervenção do Estado no ordenamento urbano” (MAGNANI, 2000, p.23), os pesquisadores da Escola de Chicago, com intensa atividade no período entre a Primeira Guerra Mundial e a década de 30, voltaram sua atenção para a velocidade das mudanças e a heterogeneidade dos grupos que disputavam espaços na cidade. Mais recentemente, a antropologia incorpora aos grupos tradicionalmente por ela estudados, como negros, índios, camponeses e favelados, a condição de protagonistas de movimentos sociais em meio à complexidade urbana, a qual também estimula a reflexão sobre a religião, a sexualidade, a cultura popular, o papel da mulher na sociedade etc. como manifestações de resistência e contestação. A idéia passou a ser “conhecer de perto esses atores, seu modo de vida, aspirações – já que conceitos como ‘consciência de classe’, ‘interesses de classe’ e outros não davam conta de uma dinâmica que se processava no cotidiano” (MAGNANI, 2000, p. 28). Assim se empreende a pesquisa etnográfica nos centros urbanos: identificando grupos, caracterizando-os e observando sua relação com o outro e com o espaço que ocupam.

Na atualidade, os estudos da antropologia preocupam-se, também, com os impactos causados por certas formas de turismo, como o cultural e o étnico, e a conseqüente descaracterização de caráter comercial das culturas atingidas por essa atividade. Abordando esta questão, Barretto (2003, p. 20) afirma que:

A maior parte dos estudos do turismo, tanto no Brasil quanto no exterior, tem focalizado, principalmente, os impactos na cultura, os processos de aculturação e a questão da autenticidade. Menos atenção têm recebido temas como: alteridade, constituição da diferença, relações de gênero, relações inter-étnicas no trabalho, modos de produção e representações sociais, por exemplo. Desde que no turismo estão sempre sendo colocados estranhos frente a frente, há o emprego de muita mão-de-obra feminina e de minorias étnicas excluídas e é uma atividade emblemática do capitalismo, os temas anteriormente elencados encontram, no turismo, um rico campo de pesquisa para esses grandes temas das ciências sociais.

Essa autora registra que, nas Ciências Sociais, os estudos sobre turismo tomaram pé nas décadas de 60 e 70, com destaque para a obra de Boorstin, abordando o aspecto do simulacro no âmbito da atividade turística. Os trabalhos da antropologia sobre o turismo também surgem na década de 60 e ganham força na década de 70, focalizando as pequenas comunidades e as interações sociais que se estabelecem entre turistas e população local, ampliando-se nas décadas seguintes com a aplicação dos métodos e teorias da pesquisa antropológica sobre a questão urbana.

Volta-se à questão da complexidade, comum aos grandes centros urbanos e ao fenômeno do turismo. Encontra-se aí uma interseção que exige observações cuidadosas, como a que faz Grunewald (2003, p.142-143):

Assim, se turismo é um fenômeno muito complexo, não só por se apresentar quantitativamente com uma das maiores (se não a maior) indústrias do mundo, mas principalmente por uma enorme diversidade de objetivos programáticos, além dos aspectos subjetivos que perpassam todos os relacionamentos envolvidos nas suas múltiplas facetas, a *antropologia do turismo* não se apresenta como homogênea em sua abordagem, mas muito diversificada internamente na medida em que se constrói sob uma miríade de objetos temáticos. São estudos em turismo religioso, turismo e mudança social, turismo e mercantilização cultural, turismo e globalização, veraneio, turismo e lazer, ecoturismo, mediadores culturais na empresa turística, impactos sociais do turismo, turismo e produção de artesanato, turismo e etnicidade, entre outras rubricas.

Outros aspectos se cruzam para a pretensa construção de uma ponte entre antropologia e turismo. Além da complexidade, a segmentação da atividade turística se projeta sobre o espaço urbano enquanto se percebe a fragmentação das populações em grupos ou “tribos” na ocupação do mesmo espaço. Tais grupos, a partir de suas características e de seu posicionamento com relação às questões coletivas, estarão mais ou menos abertos à interação com o “outro”, seja o turista ou o vizinho, pertencente a outra “tribo”. Além disso, seu comportamento, interferindo constantemente na percepção do espaço, poderá abrir novas perspectivas de exploração do universo urbano pela atividade turística, que encontrará na diversidade objetos de interesse e elementos de atratividade.

#### **4 Considerações finais**

A partir da perspectiva urbana pode-se pensar a metrópole como algo a ser cotidianamente interpretado por aqueles que ali passam ou convivem. Trata-se de um enigma a ser decifrado pela exploração e pelo estímulo em desvendar os sinais dos registros da própria história por trás da arquitetura dos edifícios, da formação das vias, bairros, avenidas, e outros elementos que compõem a dinâmica da cidade. Nesse contexto a metrópole pode ser entendida como um cenário dinâmico em que os atores que dão vida à cena são os próprios habitantes. Na formação das metrópoles todo e qualquer detalhe é relevante, a cidade é múltipla e nela se confundem diferentes cores, cheiros, hábitos, costumes, histórias e memórias.

Estudar a complexa organização das metrópoles a partir do homem é um exercício difícil, mas muito interessante. Compreender o papel de seus usuários ou receptores, sua relação com o processo institucional ou cultural em que se inserem as possibilidades de contextualização ou descontextualização, é, ao mesmo tempo, compreender o espaço como representação da prática

cultural que lhe é inerente. Conforme as percepções apresentadas ao longo deste artigo, as metrópoles são locais onde se constatam modos de pensar, desejar, desprezar, escolher, relacionar e sentir, portanto, locais nos quais o homem é o ator principal e a partir dele se projetam todos os sentimentos que configuram as cidades.

Se o turismo tenta reproduzir as cidades, a cultura, as práticas sociais, não conseguirá, porém, reproduzir o que realmente lhes dá sentido: a experiência, aquilo que é subjetivo ao meio, ou seja, as relações, as interações. Nesse sentido, cada cidade é única, pois apresenta uma dinâmica própria, constitui-se e apresenta-se de forma única, sendo também um produto cultural único, capaz de atrair, estimular e conquistar turistas.

## REFERÊNCIAS

- BARRETTO, Margarita. O imprescindível aporte das ciências sociais para o planejamento e a compreensão do turismo. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v. 9, n. 20, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br>Acesso em 23 set 2006.
- CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas urbanas de fin de siglo**: la mirada antropológica. Disponible em <http://www.aguaforte.com/antropologia/canclinispa.html>. Acesso em 15 out. 2006.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-tempo na metrópole**: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: Edusp, 1994, 390 p.
- CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. **Turismo e ordenação do espaço urbano**. In: BARRETTO FILHO, Abdon *et al.* Turismo Urbano. São Paulo: Contexto, 2000.p.23-32
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Cultura e Cidade: uma breve introdução ao tema**. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges.(orgs.) Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003. p. 157-159
- FREHSE, Fraya. As realidades que as "tribos urbanas" criam. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 21, n. 60, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 28 set. 2006.
- GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- GOMES, Paulo César da Costa. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. Turismo e etnicidade. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v. 9, n. 20, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 23 set. 2006.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 5 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- HERTZBERGER, Herman. **Lições de Arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- IBGE.**Geografia**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default.shtm>. Acesso em 21 out. 2006.
- LEFÈBVRE, Henri. **Espaço e política**. Trad. Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. (do original: Espace et politique. Paris: Éditions Anthropos, 1972. Primeira versão: fev. abr. 2003).
- LUCHIARI, Maria Tereza D. P. **Urbanização Turística**: um novo nexos entre o lugar e o mundo. In: SERRAMO, Célia; BRUHNS, Heloísa Turini; LUCHIARI, Maria Tereza D. P. (Orgs). Olhares contemporâneos sobre o turismo. Campinas, SP: Papirus, 2000.



LIMA, Jorge da Cunha. **Fragmentos de um discurso urbano**. Disponível em <http://www.usp.br/revistausp/n5/flimatexto.html> citado por <http://www.aguaforte.com/antropologia>. Acesso em 15 out. 2006.

MAGNANI, José Guilherme C. **Tribos urbanas: metáfora ou categoria?** Artigo originalmente publicado em “Cadernos de Campo - Revista dos alunos de pós-graduação em Antropologia”. Departamento de Antropologia, FFLCH/USP, São Paulo, ano 2, nº 2, 1992. Disponível em <http://www.aguaforte.com/antropologia/magnani1.html>. Acesso em 23 set. 2006.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: MAGNANI, José Guilherme C.; TORRES, Lilian de Lucca (orgs.). **Na Metrópole: Textos de Antropologia Urbana**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp, 2000. p. 12-53

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otília; Vainer, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

NIGRO, Cíntia. **Territórios do patrimônio: tombamentos e mobilizações sociais**. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges.(orgs.) Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003. p. 166-177

OLIVA, Jaime Tadeu. **A cidade como ator social – a força da urbanidade**. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges.(orgs.) Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003. p. 73-80

PEREIRA, Valnei. **Planejamento urbano e turismo cultural em Belo Horizonte, Brasil: espetacularização da cultura e a produção social das imagens urbanas**. Disponível em: [http://www.naya.org.ar/turismo/congreso2003/ponencias/Valnei\\_Pereira.htm](http://www.naya.org.ar/turismo/congreso2003/ponencias/Valnei_Pereira.htm). Acesso em 13 set. 2006.

YÁZIGI, Eduardo. **Patrimônio Ambiental Urbano: refazendo um conceito para o planejamento urbano**. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges.(orgs.) Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003. p. 253-265